

SINDILEX



Fique por
entro

2 de setembro de 2024 | n° 92

Curso de Formação Sindical II: Debates Essenciais para o Mundo Atual



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Pública Lança Nota sobre o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados
- TCU Divulga Mecanismos para Investigar Fraude e Corrupção
- Câmara Municipal Debate Prestação de Contas da Educação

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

20 de agosto

Visita aos setores Câmara e Colégio de Líderes

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, visitaram setores da Câmara Municipal e conversaram com os servidores sobre a pauta de reivindicações. Eles também participaram da reunião do Colégio de Líderes, que reúne os vereadores líderes de suas bancadas para decidir a pauta de aprovação da Câmara.

21 de agosto

Visita TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, onde conversou com autoridades e dialogou com servidores de diversos setores sobre as demandas da categoria. Ele também acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal. Os plantões no TCM geralmente ocorrem às quartas-feiras pela manhã.

22 de agosto

Reunião da Pública

O presidente, Daniel Santos, o vice-presidente, Miguel Lima, e a diretora de Comunicação, Sônia Alves, participaram da reunião online da diretoria da Pública Central do Servidor. Na reunião, foram apresentadas as Bandeiras de Luta aprovadas no II Congresso, que foram agrupadas em três subgrupos:

1. Funcionalismo: serviço público e direitos dos servidores;
2. Questões Sociais, Tributárias e de Cidadania; e
3. Sindical.

Visita TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, estiveram presentes no Tribunal de Contas, onde dialogaram com servidores, especialmente os novatos, de diversos setores sobre as demandas da categoria.

23 de agosto

Visita TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, onde conversou com servidores, especialmente os novatos, de diversos setores sobre as demandas da categoria.

26 de agosto

Visita TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, onde conversou com servidores, especialmente os novatos, de diversos setores sobre as demandas da categoria.

27 de agosto

Reunião Auditoria Cidadã da Dívida

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e a diretora Sônia Alves participaram da reunião da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), que contou com a presença de Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da ACD Nacional, e do ex-vereador Gilberto Natalini.

Visita aos setores Câmara e Colégio de Líderes

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, visitaram setores da Câmara Municipal e conversaram com os servidores sobre a pauta de reivindicações. Eles também estiveram presentes na reunião do Colégio de Líderes, que reúne os vereadores líderes partidários.

Curso de Formação Sindical

Teve início a primeira aula do curso de formação sindical, realizado em parceria entre a Escola Sindilex e a Pública Central do Servidor. A aula foi ministrada pelo professor Luís Felipe Osório, que tratou do conflito Israel/Palestina, abordando os aspectos históricos, sociais e políticos dessa guerra.

28 de agosto

Plantão Sindilex no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, onde conversou com autoridades e dialogou com servidores de diversos setores sobre as demandas da categoria. Ele também acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal. Os plantões no TCM geralmente ocorrem às quartas-feiras pela manhã.

29 de agosto

Congresso Paulista de Economia

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Congresso Paulista de Economia, organizado pelo Corecon-SP e realizado na Fecap. Uma das apresentações de destaque do dia foi a do economista sul-coreano Ha-Joon Chang, intitulada "Why Brazil Needs to Reindustrialize" (Por que o Brasil precisa se reindustrializar).



Congresso Paulista de Economia

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, também esteve presente no segundo dia do Congresso Paulista de Economia. O evento destacou a palestra do professor Ladislau Dowbor, que abordou a sustentabilidade do sistema econômico, tanto do ponto de vista ecológico quanto na distribuição de recursos e rendas, além da drenagem de recursos pelo sistema financeiro. Outra palestra de destaque foi a do professor Odilon Guedes, que discutiu o Orçamento Público, a importância da atuação do Estado e a necessidade de todos compreenderem o Orçamento Público.

Reunião Conacate

Os diretores do Sindilex, Miguel Lima e Antônio Carlos Fernandes, participaram da reunião híbrida da diretoria da Conacate - Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado. A reunião presencial ocorreu na sede do SSDPFRJ - Sindicato da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e debateu o Regime de Recuperação Fisca.

DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

Iniciado o Curso de Formação Sindical II: Confira o Calendário e Temas Abordados

Em parceria com a Pública Central do Servidor, a Escola Sindilex organizou e já disponibilizou o II Curso de Formação Sindical, com o tema “Por um país para a maioria dos brasileiros.” O curso está estruturado em 5 módulos, e o Módulo I já começou na terça-feira, 27 de agosto, às 19 horas. No entanto, se você tem interesse, ainda há tempo para se inscrever, pois a primeira aula fica gravada e o aluno pode acessá-la a qualquer momento.

MÓDULO I

Com o tema “Cenário econômico, social e geopolítico mundial. Qual o papel do Brasil?” , contém a seguinte programação de aulas:

Seção A – Conflitos bélicos abertos

Rússia/Ucrânia, Israel/Hamas (a questão Palestina) e movimentos libertários na África; como se comunicam e como expressam a nova organização mundial e o surgimento do mundo multipolar. Como e por que surgem e quais interesses os alimentam?

Aula 01 – Questão Israel-Palestina

Professor: Luís Felipe Osório

Dia 27/08/2024 (terça-feira) - 19h

Aula 02 - Rússia vs Ucrânia (Otan)

Professor: Cláudio Rennó

Dia 03/09/2024 (terça-feira) - 19h

Aula 03 – Colapso ambiental e hecatombe capitalista: o agravamento do antropoceno no pós-fordismo

Professora: Taylisi Leite

Dia 05/09/2024 (quinta-feira) - 19h

Aula 04 – O renascimento libertário no continente africano (lutas anticolonialistas)

Professor: Leopoldo Rocha Soares

Dia 10/09/2024 (quinta-feira) - 19h

Aula 05 – O modelo de desenvolvimento chinês, os BRICS, a Organização para Cooperação de Xangai e o que podemos aprender para o desenvolvimento do Brasil

Professor: Victor Barau

Dia 12/09/2024 (quinta-feira) - 19h

Aula 06 – A influência das redes sociais na sociedade brasileira

Professor: Sérgio Amadeu

Dia 19/09/2024 (quinta-feira) - 19h

Aula 07 – Uma nova reorganização geopolítica, o fim do domínio americano e Sul Global, África e América

Professor: Victor Barau

Dia 26/09/2024 (quinta-feira) - 19h

Seção B – Instrumentos teóricos para orientação da atuação política no Brasil

Análise do fim do controle unipolar. A superação do domínio do dólar e a crise da dívida pública dos EUA. Guerras híbridas e convencionais como instrumentos de controle geopolítico.

Aula 08 - Teoria Dependência

Professor: Carlos Eduardo da Rosa Martins

Dia 01/10/2024 (terça-feira) - 19h

Aula 09 – O programa de reindustrialização brasileiro

Professor: José Dirceu

Dia 10/10/2024 (quinta-feira) - 19h

Aula 10 – Resgatar a Função Social da Economia

Professor Ladislau Dowbor

Dia 17/10/2024 (quinta-feira) - 19h

CURSO DE
**FORMAÇÃO
SINDICAL II**
Por um Brasil para a
maioria dos brasileiros



Se você deseja se aperfeiçoar, ainda há tempo. Inscreva-se no link abaixo:

www.escolasindilex.org.br

SINDICALISMO PELO BRASIL



Pública Lança Nota sobre o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados



RRF REGIME DE
RECUPERAÇÃO
FISCAL

Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

A Pública Central do Servidor, sempre atenta ao cenário nacional, manifesta grande preocupação com a adesão dos estados ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Observa-se que a situação financeira não foi resolvida em nenhum dos estados que optaram por esse mecanismo. Diante disso, a Pública se une à luta dos servidores e cidadãos de Minas Gerais, buscando resguardar o melhor para o serviço público e para a população.

Esse trabalho é conduzido por diversos sindicatos, como o Sindicato dos Escrivães de Polícia de Minas Gerais (Sindep), o Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais (Sindsema) e o Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais (Sinfazfisco). Todos são filiados à Pública e atuam em um espírito coletivo observado na Frente Mineira em Defesa do Serviço Público.

Desde 2019, o governador Romeu Zema (NOVO) tem tentado implantar o RRF em Minas Gerais. A luta constante dos servidores tem obtido vitórias importantes, conseguindo adiar essa medida que consideram prejudicial ao estado. Mobilizando as bases dos deputados que votaram em primeiro turno, a campanha alertou a população sobre os deputados que apoiam o RRF, destacando que suas posições são contrárias ao serviço público. A conscientização foi realizada por meio de redes sociais, outdoors, carros de som e diversas outras formas de comunicação.

A Pública também apresentou uma denúncia à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), reafirmando seu compromisso com a busca de uma política fiscal, previdenciária e econômica que seja favorável a toda a população. A Pública e seus sindicatos filiados acreditam na possibilidade de encontrar soluções que beneficiem todos os cidadãos e continuarão a lutar por um país mais justo e equilibrado.

[Sobre a Nota, acesse aqui](#)

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



TCU divulga mecanismos de investigação para verificar ocorrências de fraude e corrupção

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresenta programa de que, dentro de sua competência, investiga as ocorrências de fraudes e corrupção nas instituições públicas brasileiras. Tal programa intitulado Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNC) possibilita a investigação através de um procedimento preliminar sumário, instaurado com os objetivos de averiguar irregularidades e elucidar o cometimento de infração disciplinar.

Tal investigação caracteriza-se por ser sigilosa, não punitiva e por resguardar o princípio do contraditório e da ampla defesa obedecendo o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal brasileira, que assegura a igualdade de tratamento, a oportunidade de manifestação e o uso de todos os recursos legais para resguardar direitos.

Importante registrar que o conceito de investigação é diferente daquele utilizado para designar a polícia judiciária. Ele diz respeito à atividade administrativa promovida pela própria organização, com o objetivo de buscar informações relevantes para esclarecer um incidente específico de fraude e corrupção.

“Em resumo, o propósito primário da investigação é coletar informações para subsidiar qualquer ação subsequente, seja na esfera administrativa, civil e penal.

[Saiba mais clicando aqui](#)

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



Audiência Pública na Câmara Municipal discutiu a prestação de contas da educação municipal

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo realizou na quarta-feira (28/08), a Audiência Pública que debateu a prestação de contas da educação da capital paulista, referente ao 2º trimestre de 2024,

Tal Audiência está entre as regras da Lei Orgânica do Município (LOM), que obriga o esclarecimento sobre as receitas arrecadadas, transferências e recursos recebidos e destinados à educação nesse período citado, bem como a prestação de contas das verbas usadas discriminadas por programa. O relatório deverá ser apresentado pela Secretaria de Educação do Município de São Paulo.

Na década passada, apenas a pasta da Saúde Municipal prestava contas dos recursos recebidos e destinados à saúde do município. Com a verba carimbada também para a área da educação, o Poder Executivo (Secretaria Municipal) é chamado a prestar contas junto à Comissão Legislativa competente e perante o Conselho Municipal e a população, em Audiência Pública.

Informações: educ@saopaulo.sp.leg.br

TEXTOS CRÍTICOS

Imagem meramente ilustrativa: Freepik



“Crises globais exigem novas relações entre Estado e mercado”

Em entrevista ao Reconversa, presidente do BNDES defende papel dos bancos públicos na transição energética e digital e confirma que neoliberalismo está superado: “O Consenso de Washington não é mais consenso nem em Washington”.

A reinserção do Brasil no cenário geopolítico global é um enorme desafio do ponto de vista do redesenho multipolar que está em curso no mundo. Mas também traz uma rara janela de oportunidades para a agenda de transição digital e energética do país nas próximas décadas. O diagnóstico foi feito pelo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante em entrevista ao Reconversa.

No programa comandado por Reinaldo Azevedo e Walfrido Warde, Mercadante defendeu o papel dos bancos públicos no desenvolvimento dos países, fez um balanço positivo da economia, defendeu o esforço do ministro da Fazenda

Fernando Haddad para equilibrar as contas públicas e observou que o fomento de uma nova política industrial é a melhor resposta ao fracasso do neoliberalismo no Ocidente.

“O Consenso de Washington é não é mais consenso nem em Washington”, brincou Mercadante. “Se você abrir o programa industrial do Biden hoje, a última vez que eu abri, faz umas três semanas que eu não vejo, mas estava em US\$ 686 bilhões de subsídio não reembolsado”, frisou o petista. “E lá não precisa devolver para o Estado o subsídio, como o BNDES teve que fazer durante todos esses anos, queriam matar o BNDES”, lembrou.

“A verdade é que os neoliberais estão perdendo o discurso no planeta. Veja o resultado da eleição no Reino Unido: um massacre dos trabalhadores, a maior derrota dos conservadores em 190 anos”, enfatizou.

Mercadante mencionou o fato de que o mundo conta hoje com 555 bancos públicos em 155 países, com ativos de mais de US\$ 23 trilhões. “O que mudou? A crise climática, a transição energética, a descarbonização, a transformação digital, elas estão exigindo uma nova relação entre Estado e mercado”, alertou.

Ele citou o exemplo da crise climática, causada, entre outros fatores, pela atuação irresponsável do setor privado. “Só o mercado não consegue responder. Então, você precisa de uma nova relação. Não é o Estado substituir o mercado, não é o banco público tomar o lugar do mercado de capitais e do banco privado. Você tem que trabalhar junto”, defendeu Mercadante.

O banco, defendeu, precisa ter um papel preponderante no processo, assumindo riscos que a iniciativa privada não toma para si. “Quem é que dá crédito em 35 anos no Brasil? Ninguém, só o BNDES. Quem é que entrou na Embraer nos momentos difíceis? Celulose: o Brasil tem a maior empresa do mundo. Quem é que financiou? Foi o BNDES”, elencou o presidente do banco.

Nova política de industrialização

Mercadante falou sobre os obstáculos ao processo de neointustrialização do país e reforçou que mecanismos de concessão de crédito para a indústria, como praticado hoje em países desenvolvidos, são essenciais. O Brasil, felizmente, acaba de aprovar iniciativa voltada ao setor.

Transição energética

Mercadante criticou a visão imediatista do mercado, em contraponto ao modelo de desenvolvimento de logo prazo dos bancos públicos. O cenário geopolítico mundial exige a concepção de políticas que considerem horizontes mais distantes, insistiu o economista.

“O que era a globalização está virando fragmentação”, analisou. “O Ocidente está desacoplando da economia chinesa, haverá muita turbulência e instabilidade”, previu. Nesse cenário, o Brasil corre riscos, mas também tem oportunidades. “Mas você não tem como disputar sem instrumentos de política pública”.

“O Brasil pode liderar essa transição para uma economia de baixo carbono”, afirmou. “Para essa transição de uma economia de baixo carbono climático e energético, nós já temos a melhor matriz energética do G20. Você pega, por exemplo, biocombustível e etanol: 50 anos de história, que começou com o BNDES. O Brasil é o maior consumidor do mundo de etanol e biocombustível, e o segundo maior produtor”, resumiu.

Para o economista, com a crise climática, a insegurança alimentar será agravada em um cenário de oscilações nos preços das commodities. “O Brasil terá um papel extraordinário”, ressaltou. Mercadante avaliou que o atual quadro geopolítico global levou as economias a aumentarem o protecionismo, razão pela qual os países do Sul Global devem aprofundar as relações comerciais e colaborar em áreas estratégicas.

Mercado digital e IA

Para o presidente do BNDES, o Brasil precisa retomar o processo de reindustrialização de olho na exploração de novas fronteiras tecnológicas, como a transição digital e a inteligência artificial. Ele revelou que empresas espanholas demonstraram interesse em conversar com o governo brasileiro para avançar no mercado digital.

“O argumento deles é o seguinte: o mundo ibero-americano precisa se organizar para participar, porque as nossas informações não terão o mesmo peso em uma rede de inteligência artificial de origem inglesa, por exemplo”, relatou Mercadante. “Temos de pegar nossa cultura, nossas informações e rede de conexões e transformar isso em um potencial grande para competir em uma área que é estratégica”.

Equilíbrio fiscal, economia e juros

Mercadante defendeu que é preciso rever o mandato do chefe do Banco Central, hoje descolado do mandato do presidente da República. Na visão dele, esse desalinhamento atrapalha a harmonia das políticas fiscal e monetária. “E é preciso que elas trabalhem juntas, não pode uma atacar a outra, isso não contribui para o desenvolvimento”.

Ele também elogiou o trabalho de Haddad à frente da equipe econômica, diante de um cenário desafiador. “O ministro Haddad está fazendo um esforço gigantesco para dar sustentabilidade fiscal ao Brasil”, reconheceu. “Ele está tentando fazer justiça fiscal, tributar super-ricos, fundos que não tinham nenhuma tributação”. Ele observou ainda que o atual patamar de juros cria um desafio extra, na medida em que a taxa Selic incide sobre a dívida pública, dificultando seu controle.

Apesar das dificuldades impostas pela atual conjuntura política, o petista comemorou os surpreendentes resultados macroeconômicos positivos alcançados pelo governo Lula em apenas 18 meses de gestão.

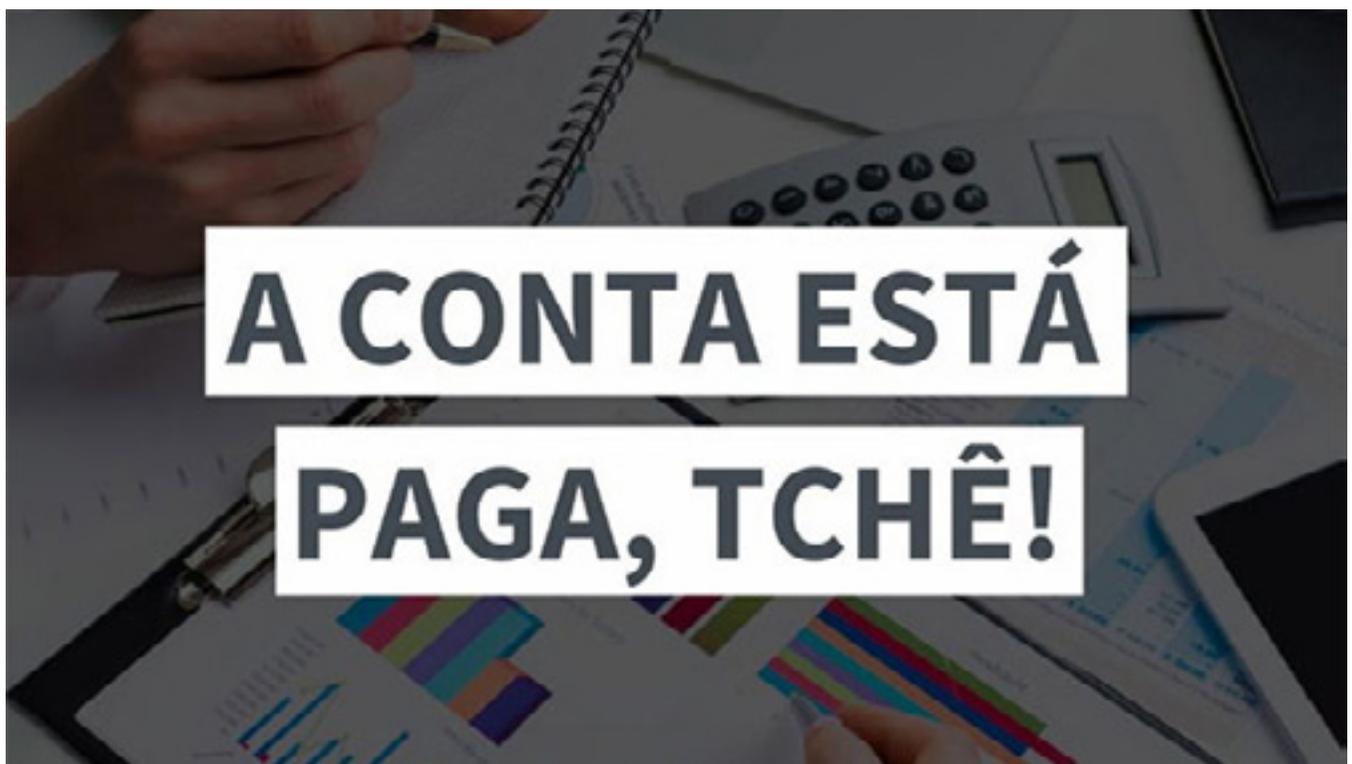
“[Temos a] menor taxa de desemprego em 10 anos, a maior massa de população empregada da história do índice, 101 milhões de pessoas. O governo Lula gerou três milhões de empregos e um milhão e meio com carteira assinada. Nós estamos com a maior massa salarial real da história econômica documentada do Brasil. Não é qualquer coisa”, argumentou.

Texto extraído do blog www.dowbor.org

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.



Campanha “A Conta Está Paga”



Neste espaço publicamos o conteúdo do movimento “A conta está paga”, que tem mobilizado diversos estados da federação que questionam os vultosos valores das dívidas dos estados com a União, demonstrando que o montante cobrado já foi pago e, em alguns casos, mais de 3 vezes o montante adquirido. Um dos estados brasileiros que mobilizado entorno do tema A conta está paga é o Rio Grande do Sul.

Apresentamos, portanto, as razões que levam à mobilização, com o texto de Josué Martins, diretor do Ciape-Sindicato dos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

*Escrito por Josué Martins**

21 de Ago de 2024 às 07:39.

No último dia 07 de agosto foi promovido no Plenarinho da Assembleia Legislativa Gaúcha o Seminário sobre a Dívida do Rio Grande do Sul com a União, cujo objetivo foi o lançamento da Campanha “A Conta Está Paga”.

Pretendeu-se explicitar para a sociedade rio-grandense as origens dessa dívida, as razões de seu crescimento, a lógica interna do contrato e suas alterações e as contas que nos levam a afirmar que a mesma já está paga.

Posteriormente, em 13 de agosto, houve mais uma reunião de conciliação no STF, no âmbito da ação judicial patrocinada pela OAB e um conjunto de entidades associadas como “amigas da causa”. Esta foi a segunda reunião e ainda não se tratou da questão central: a dívida em si. A União segue tratando de postergar o enfrentamento da matéria. O governo do Estado age na mesma direção.

Em 14 de agosto foi votado no Senado Federal um Projeto de Lei Complementar que representa mais um empacotamento do assunto: ele consolida os saldos devedores, fixa a exigência do estabelecimento de um teto de gastos e condiciona a redução dos juros (podendo ir a zero), mediante o investimento dos valores, equivalentes a 4% do saldo devedor anual corrigido, em áreas definidas no Projeto. Ainda precisa ser examinado na Câmara dos Deputados, onde pode sofrer alterações.

Tal Projeto de Lei, ademais, trata de prorrogar o contrato da dívida do RS para 2054. Ou seja: os mesmos trinta anos do prazo original assinado em 1998! Em outras palavras, trata-se, novamente de uma dívida eterna!

Mas, como surgiu a dívida do RS com a União?

Segundo cálculos da Secretaria da Fazenda/RS, tomando-se valores atualizados para dezembro de 2023, nos 24 anos do período que vai de 1970 a 1994, a dívida do RS cresceu R\$ 1,74 bi/ano, saindo de um patamar de R\$ 3,68 bilhões para R\$ 45,32 bilhões. Entre 1994 e 1998, nos primeiros quatro anos do Plano Real, ela cresceu R\$ 13,86 bi/ano. Ou seja, cresceu exatos 122% nesses quatro anos!

O salto brutal ocorrido no período, que trouxe o montante para os R\$ 100,74 bilhões, pode levar um observador ingênuo a afirmar: ora, os gaúchos gastaram mais do que arrecadaram e por isso, tiveram que ampliar o seu endividamento.

Essa afirmação não poderia ser mais verdadeira.

Nesses quatro anos, não entrou dinheiro novo nos cofres do Estado. Como a maior parte da dívida era em títulos públicos estaduais o crescimento da SELIC no período, que também foi de 122%, levou ao crescimento do estoque da nossa dívida, determinando a crise por mecanismos estritamente financeiros, dissociados do mundo da produção e em prejuízo da própria capacidade do investimento público financiado por essa via.

Diante da política econômica adotada pela União para conter a inflação, decorrente do Plano Real, nossa dívida cresceu absurdamente. De 1999 em diante, já firmado o contrato com a União (trocamos os títulos de nossa dívida no mercado pelo contrato com a União), a dívida se manteve num patamar elevado, jamais baixando aos níveis anteriores ao Plano Real.

Uma das graves consequências daquele acordo original foi a diminuição da capacidade de o RS efetuar investimentos públicos nos montantes requeridos para o desenvolvimento do Estado. Outra, foi a alienação de patrimônio público importante para esse mesmo desenvolvimento, em especial nas áreas de telecomunicações, energia e saneamento. O contrato original e suas alterações contêm metas nesse sentido.

Tratou-se, assim, de condicionar a política econômica do RS aos interesses do rentismo. Vale lembrar que, por determinação legal (art. 12, Lei 9496/97), tudo que pagamos para a União ela usa para pagar a própria dívida.

A Campanha “A Conta Está Paga” vem desde 2022 defendendo que não cabe a cobrança de juros nessa relação. Entre estados e União deve primar uma relação de parceria e solidariedade. Jamais pode haver um conteúdo negocial. A lei que permitiu a recente renegociação da dívida em função da calamidade climática de maio deste ano admitiu juros zero. A nova lei em tramitação no Congresso Nacional também o faz. E ambas corrigem o saldo pelo IPCA.

Cálculos do TCE-RS efetuados em 2015, mais tarde confirmados pela SEFAZ-RS em 2019, dão conta de que, corrigindo o valor tomado em razão do contrato firmado em 1998 apenas pelo IPCA, sem a aplicação de juros, estaríamos com a dívida quitada em maio de 2013!

Diante desse cenário, resta, pois, a questão: considerando que a atual legislação reconhece que os juros da dívida do RS com a União devem ser zerados e que a correção do valor é pelo IPCA, qual a razão para seguirmos pagando por mais 30 anos uma dívida que, por estes mesmos critérios, já está paga?

Dívida que não demos causa e que seguirá garroteando nossa economia. Esta é uma causa de Estado! A sociedade gaúcha precisa tomar ciência do tema e se engajar nessa luta.

Josué Martins é Auditor de Controle Externo do TCE-RS, Diretor do CEAPE-Sindicato, Membro da Auditoria Cidadã da Dívida Pública

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da *Reflexologia*

De acordo com uma revisão de estudos publicada no Journal of Traditional and Complementary Medicine, a reflexologia estimula a liberação de analgésicos naturais no corpo, como a endorfina. A endorfina, segundo o estudo, “ensina” o corpo a se adaptar às lesões.

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da *Quick Massage*

A técnica de Quick Massage é muito utilizada para alívio de sintomas e tratamento de stress, ansiedade, depressão, lesão por esforço repetitivo (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) e até ao nível da hipertensão arterial.

Normalmente a sintomatologia algica é agravada postura incorreta de forma contínua. Para além destes, esta técnica de massagem também é muito utilizada em problemas como dores de cabeça, mau humor, dificuldade de concentração e indisposição.

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da
*Massagem
Relaxante*

1. Controle do estresse;
2. Diminuição da ansiedade;
3. Alívio da tensão e das dores musculares;
4. Melhora da circulação sanguínea, elasticidade da pele e sistema imune;
5. Diminuição da pressão arterial no caso de pacientes hipertensos;
6. Alívio das dores de cabeça;
7. Diminuição do cansaço;
8. Estimulação e equilíbrio do sistema intestinal;
9. Eliminação de toxinas e resíduos metabólicos;
10. Diminuição das insônias.

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios do
Spa dos Pés

1. Alivia dores nos pés
2. Proporciona relaxamento
3. Melhora a circulação sanguínea
4. Promove maciez
5. Suaviza as calosidades

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início de outubro, o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o Tema 1.150, estabeleceu diretrizes que atribuem ao Banco do Brasil a responsabilidade por retiradas não autorizadas ou por má administração de fundos das contas PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da implementação da Constituição Federal de 1988 podem ter o direito de receber uma restituição significativa se houver descoberto irregularidades nos extratos de suas contas PASEP.

Finalidade da Ação

O objetivo da ação é buscar indenização por prejuízos decorrentes de retiradas indevidas em conta individual vinculada ao PASEP.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

[Clique a aqui para o formulário do Requerimento de Extrato do PASEP](#)

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- Procuração e contrato assinados
- Documento de identidade (RG) e CPF
- Comprovante de endereço
- Extrato da conta PASEP

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais